INCLUSÕES, DEFICIÊNCIAS E O CENÁRIO EDUCACIONAL NA CONTEMPORANEIDADE

INCLUSIONS, DISABILITIES AND THE EDUCATIONAL SCENARIO IN THE CONTEMPORARY

INCLUSIONES, DEFICIENCIAS Y EL ESCENARIO EDUCATIVO EN LA CONTEMPORÁNEA

Roseli Belmonte Machado[1]

RESUMO
O presente artigo aborda a situação de determinados grupos no Brasil, em especial nos últimos quatro anos, em relação a ações e políticas públicas fomentadas pelo Governo Federal. O objetivo é analisar a situação de políticas públicas inclusivas para pessoas com deficiência, em relação ao cenário político e educacional contemporâneo, considerando os quatro anos precedentes. Os caminhos de pesquisa estão ancorados numa perspectiva pós-estruturalista de analisar questões educacionais, tendo como corpus empírico materiais disponíveis no site do Ministério da Educação, além de outros materiais. O movimento analítico tem por base os Estudos Foucaultianos, operando com o conceito-ferramenta de discurso e governamentalidade. Os principais indicativos da pesquisa apontam para um desmonte em políticas inclusivas existentes e não produção de outras. Em guisa de um direcionamento conclusivo tem-se que a compreensão há uma busca pelo fim da vontade de coletivo, de viver junto, de apreender com o outro.
PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Deficiência. Neoliberalismo. Educação.

ABSTRACT
This article addresses the situation of groups in Brazil, especially in the last four years, in relation to actions and public policies promoted by the Federal Government. The objective is to analyze the situation of inclusive public policies for people with disabilities, in relation to the current political and educational scenario, considering the four previous years. The research methodology is based on a post-structuralist perspective of analyzing educational issues, having as empirical corpus materials available on the website of the Ministry of Education, in addition to other materials. The analysis was based on Foucauldian Studies, operating with the concepts of discourse and governmentality. The main indicators of the research show a dismantling of inclusive policies and the non-production of other policies. In conclusion, it is understood that there is a search for the end of the collective will, to live together, to apprehend with the other.
KEYWORDS: Inclusion. Disabilities. Neoliberalism. Education.

RESUMEN
Este artículo aborda la situación de ciertos grupos en Brasil, especialmente en los últimos cuatro años, en relación a las acciones y políticas públicas impulsadas por el Gobierno Federal. El objetivo es analizar la situación de las políticas públicas inclusivas para las personas con deficiencia, en relación con el escenario político y educativo contemporáneo, considerando los cuatro años anteriores. Los caminos de investigación están anclados en una perspectiva post-estructuralista de análisis de cuestiones educativas, teniendo como corpus empírico materiales disponibles en el sitio web del Ministerio de Educación, además de otros materiales. El movimiento analítico se basa en los Estudios Foucaultianos, operando con el concepto-herramienta de discurso y gubernamentalidad. Los principales indicios de la investigación apuntan a un desmantelamiento de las políticas inclusivas existentes y no a la producción de otras. A modo de dirección conclusiva, entendiendo que hay una búsqueda del fin de la voluntad colectiva, de vivir juntos, de aprehender con el otro.
PALABRAS CLAVE: Inclusión. Deficiencia. Neoliberalismo. Educación.

[1] Doutora em Educação (PPGEDU/UFRGS). Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS e professora Adjunta na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da UFRGS. E-mail: robelmont@yahoo.com.br

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n. 3, p. 42-54, set./dez. 2022.
Recebido em: 30 set. 2022 | Aceito em: 30 dez. 2022

POSICIONAMENTOS INICIAIS

A escrita deste texto inicia realizando algumas aproximações com o intuito de situar as compreensões que rondam a perspectiva em que o mesmo se insere, ao pretender abordar a situação de políticas inclusivas no Brasil, em especial para pessoas com deficiência, nos últimos quatro anos. Esse grupo, por vezes, é reconhecido como minoria. Nessa medida é preciso situar que o termo *minorias* nesta pesquisa é compreendido como representativo de grupos identitários que, em algum momento de nossa constituição histórica, foram excluídos de processos sociais, educacionais, econômicos, a partir de distintos marcadores da diferença, que os colocaram em situação de discriminação negativa em relação a outros. Não se relaciona com menor, mas como sujeitos marcados pela exclusão. Ou seja, esta escrita, que tensiona a produção dessas minorias, também propõe um diálogo a respeito de como as políticas públicas atuais, em especial no cenário educacional, tem constituído e direcionado os processos que se relacionam a essas minorias. Em específico às pessoas com deficiência.

Para dar sustentação a lógica supracitada será realizada alguns movimentos na escrita. Inicia-se com as trilhas metodológicas que subsidiam o estudo, tanto na construção conceitual, quanto empírica. Logo após mostra-se um movimento de trazer a situação brasileira dentro e, a partir da formação de um neoliberalismo de Estado como forma de vida, problematizando as políticas inclusivas direcionadas àqueles considerados minorias. A seguir são abordadas situações de políticas para essas minorias no Brasil, no cenário dos últimos quatro anos, dentro do qual há deslocamentos na marca governamental antes instituída. Por fim, apontamentos que conformam uma conclusão.

TRILHAS DE PESQUISA

Nesta seção se tem como perspectiva mostrar os subsídios teóricos e os caminhos empíricos que constituem as possibilidades de olhar ao objeto estudado.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n. 3, p. 42-54, set./dez. 2022.
Recebido em: 30 set. 2022 | Aceito em: 30 dez. 2022

Tendo em vista o objetivo principal de analisar a situação de políticas públicas inclusivas para pessoas com deficiência, em relação ao cenário político e educacional contemporâneo, considerando os quatro anos precedentes, tomam-se como perspectiva teórica os estudos pós-estruturalistas. Esse rol de estudos, segundo Silva (1994) é uma perspectiva que:

> [...] reconhece o descentramento da consciência e do sujeito, a instabilidade e provisoriedade das múltiplas posições em que são colocados pelos múltiplos e cambiantes discursos em que são constituídos, começa por questionar e interrogar esses discursos, desestabilizando-os em sua inclinação a fixá-los numa posição única que, afinal, se mostrará ilusória (SILVA, 1994, p. 249).

Para problematizar e conjecturar o objetivo principal foram analisadas, a partir de um levantamento dentro do site do Ministério da Educação[2], entre os meses de julho e setembro de 2022, as legislações, programas e políticas inclusivas disponíveis e colocadas em ação nos últimos quatro anos. Essas ações foram comparadas a um levantamento anterior, o qual acompanhava ações desenvolvidas entre os anos de 2001 e 2016 no Brasil.

As lentes teórico-metodológicas utilizadas para a problematização são parte dos Estudos Foucaultianos, considerando os conceitos de discurso e governamentalidade. Os materiais foram examinados como monumentos que, na compreensão do filósofo francês Michel Foucault, não significa tratar o discurso como "documento, como signo de outra coisa, como elemento que deveria ser transparente, mas cuja opacidade importuna é preciso atravessar frequentemente para reencontrar, enfim, aí onde se mantém à parte, a profundidade do essencial", ao contrário disso, é a ideia de olhar para os discursos [...] "em seu volume próprio, na qualidade de *monumento*" (FOUCAULT, 2001, p. 157 – grifo do autor). Mas, consiste em ler os documentos na superfície de contato com outros discursos que estão circulando (VEIGA-NETO; LOPES, 2015). Na perspectiva de um olhar monumental para os documentos selecionados no site do Ministério da Educação, buscou-se perceber os locais por onde as ações do Governo Federal se disseminam, o período de emergência dessas ações e os seus objetivos, analisando-os em contato com outros discursos que circulam na Contemporaneidade.

A compreensão de discurso remete a concepção trabalhada por Michel Foucault a partir da aula inaugural no *Collège de France*, de 1970, intitulada a Ordem do

[2] Informação disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/ Acesso em 18 de setembro de 2022.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n. 3, p. 42-54, set./dez. 2022.
Recebido em: 30 set. 2022 | Aceito em: 30 dez. 2022

Discurso. No referido encontro o autor trata sobre a produção do discurso afirmando que este é regulado, selecionado, organizado e redistribuído dentro da sociedade. Ele aprofunda que alguns assuntos podem ser proibidos em alguns círculos quando não em toda sociedade. "Temos consciência de que não temos o direito de dizer o que nos apetece, que não podemos falar de tudo em qualquer circunstância, que quem quer que seja, finalmente, não pode falar do que quer que seja". (FOUCAULT, 2004, p. 2).

> Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2004, p. 8).

Dentro dessa perspectiva esta pesquisa, ao tomar o discurso como uma ferramenta analítica, se enquadra na prerrogativa de debater de que modo os documentos em exame são postos em circulação, a serviço de que, sob quais formações discursivas estão ancorados. Nessa medida cabe trazer a compreensão de governamentalidade, também a partir de Michel Foucault, em uso nesta escrita, considerada como uma grade de análise, algo que nos ajuda a compreender as conjecturas atuais, os modos de exercício de governo de uns sobre os outros. O termo *governamentalidade* vai aparecer na obra de Foucault na aula do dia 1° de fevereiro de 1978, durante o curso *Segurança, Território e População*, ministrado no *Collége de France*. De acordo com Fimyar (2009), a governamentalidade está relacionada com os modos de se pensar sobre o Estado e a as diferentes mentalidades de governamento ali presentes. A "analítica da governamentalidade examina as práticas de governamento em suas complexas relações com as várias formas pelas quais a verdade é produzida nas esferas social, cultural e política" (FIMYAR, 2009, p.35). Ainda para a autora, com o termo, Foucault marca uma interdependência entre o exercício do governamento – práticas – a e as mentalidades que sustentam as práticas.

A partir da próxima seção serão trazidas análises, em especial em relação a ações e políticas públicas fomentadas pelo Governo Federal, considerando pessoas com deficiência. Em primeiro lugar essa relação na constituição de um Neoliberalismo brasileiro e, em segundo lugar, em relação ao cenário político e educacional contemporâneo, considerando os quatro anos precedentes. Tal analítica se apoiará nos conceitos de discurso e governamentalidade.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n. 3, p. 42-54, set./dez. 2022.
Recebido em: 30 set. 2022 | Aceito em: 30 dez. 2022

BRASIL, NEOLIBERALISMO E INCLUSÃO

Recentemente, estávamos vivendo, no Brasil, o que compreendemos como uma governamentalidade neoliberal que, dentre diferentes pilares, acionava que todos deveriam estar inseridos no jogo econômico, embora em condições distintas, tendo como regra a "não-exclusão" desse jogo econômico, que, fora disso, deve se desenrolar por si mesmo (FOUCAULT, 2008). Via-se que a forma brasileira de viver a governamentalidade neoliberal buscava educar a população no sentido de que se vivesse em condições de sustentabilidade, de empresariamento e de autocontrole, embora, como nos ensinou Lopes (2009), em diferentes níveis de participação. Uma racionalidade social, política e econômica que procurava "estender a racionalidade do mercado, os esquemas de análise que ela propõe e os critérios de decisão que sugere a domínios não exclusivamente ou não prioritariamente econômicos" (FOUCAULT, 1997, p. 96), tornando-se uma forma de vida, maximizando a competição, o empresariamento, produzindo o capital humano e as ideias de liberdade, colocando o Estado a seu serviço.

Dentro disso, notava-se que as pautas identitárias de grupos considerados minoritários, grupos marginalizados em relação a direitos, foram sendo capturadas, ao mesmo passo em que víamos diferentes ações do Estado – colocado a serviço do neoliberalismo – marcando isso. Era preciso incluir, mesmo que, como análises vinham mostrando, por dentro da inclusão funcionasse um movimento de exclusão, nomeado por Lopes *et. al* (2010) de in/exclusão. Compreendida como uma ação que deveria atingir indistintamente a inclusão se configurava como um imperativo de Estado (LOPES; FABRIS, 2013).

Em que pesem os avanços que estavam ocorrendo em termos de reconhecimento e inclusão, estávamos falando de uma estratégia social e política que governava os diferentes sujeitos dentro de um modo de vida neoliberal, mas, também, oferecia certa visibilidade e voz a distintos grupos identitários. Silvio Gallo (2013), em uma análise voltada para o contexto brasileiro, considera que estávamos vivendo a égide de uma governamentalidade democrática, desde o processo de redemocratização do país, tendo

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n. 3, p. 42-54, set./dez. 2022.
Recebido em: 30 set. 2022 | Aceito em: 30 dez. 2022

como marco a Constituição Federal de 1988 e que tinha na cidadania o princípio fundamental.

Uma racionalidade que exercia um controle sobre os indivíduos de modo que eles se acreditassem cidadãos livres, participativos e peças centrais no jogo democrático. Um processo no qual o sujeito se sentia um cidadão incluído a partir da produção de direitos. Tal produção, que pode ser compreendida como um modo insidioso de governamento, de uma estratégia biopolítica e neoliberal, também trouxe uma proliferação de saberes que hoje são considerados como necessários de serem garantidos: a necessidade de que todos estejam na escola, a acessibilidade, a inclusão social, a inserção no mundo do trabalho, dentre outros.

Em pesquisa finalizada no ano de 2016, que analisava a proliferação de ações e programas dos Ministérios federais brasileiros, se tinha a perspectiva de que vivíamos um processo de inclusão em rede (MACHADO, 2016). A compreensão de uma inclusão em rede vai ao encontro da ideia de que diferentes órgãos do governo federal, entre os anos de 2001 e 2016, colocavam em prática ações, programas e políticas voltadas à inclusão. Dentre os diferentes movimentos percebidos, era possível notar uma articulação entre os ministérios brasileiros que objetivavam essa ideia de inclusão. Exemplos: o Programa Mais Educação; a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva; o Programa Segundo Tempo; o Programa Atleta na Escola; o Programa Academia da Saúde; o Programa Esporte na Escola; as ações que regulavam os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e as ações que regulavam o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF). Embora a proposta de um programa tivesse sido elaborada por um dos Ministérios, era possível enxergar o esforço para que outros órgãos fossem colaborativos. O Ministério da Educação, marcando a centralidade que a Educação assumia nessas ações, estava diretamente envolvido na proposição de seis dos oito programas acima listados. O Ministério da Saúde participava de cinco dos oito programas analisados. O Ministério do Esporte estava na base de construção de cinco deles. Além desses, entravam como articuladores os Ministérios do Desenvolvimento e Combate à Fome, o Ministério da Cultura e o Ministério da Defesa. Havia, nesse sentido, uma intensa preocupação e uma articulação para que práticas inclusivas se efetivassem.

Ademais, nos objetivos dessas ações e programas destacavam-se expressões como educação integral, inclusão, acolhimento, acesso para todos, integração social,

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n. 3, p. 42-54, set./dez. 2022.
Recebido em: 30 set. 2022 | Aceito em: 30 dez. 2022

desenvolvimento de qualidade de vida, cuidado, termos que reafirmavam a estratégia de um "país que luta para diminuir a miséria, ofertar sistema de saúde para todos, educar e escolarizar a população" (LOPES; FABRIS, 2013, p. 22). Uma inclusão em rede que olhava, dentre outras coisas, para cuidados com a saúde, inclusão de pessoas com deficiência, organização para educação nas relações étnico-raciais, fomentava situações de proteção a questões de gênero, criava programas de subsídio de renda.

BRASIL E SITUAÇÃO ATUAL

As recentes organizações políticas no Brasil mostram um esvaziamento de ações e políticas que tratavam de políticas para inclusões. É notável a desvalorização de alguns grupos, o exercício de práticas racistas, a retirada de diferentes direitos. Ações atravessadas por uma incitação ao ódio, à violência e a exclusões nas diferentes esferas sociais. Movimentos que se afastam do que vivíamos.

Como modo de olhar para essas questões e buscar compreender o tempo presente, são trazidas algumas análises de autores e autoras que olham para a presente configuração e que destacam a vivência de uma forma de fascismo no Brasil que sublinha a exclusão.

Para Maurizio Lazzarato, "a eleição de Bolsonaro para presidente do Brasil marca uma radicalização da onda neofascista, racista e sexista que assola o planeta" (LAZZARATO, 2019, p. 20). Tal eleição seria o efeito de uma política de financeirização do crédito, que tinha propósitos de inclusão dos sujeitos no jogo econômico, mas que transformou o usuário social em cliente endividado. Para o autor, a micropolítica do crédito criou as condições para uma micropolítica fascista. A partir de um cultivo do neoliberalismo, atravessando diferentes governos, chegamos a uma política que pretendia melhorar as condições de vida e reduzir a pobreza pelos mecanismos de finança. Algo que acarretou numa crise política e econômica, gerando uma lógica de confronto, reintensificando "guerra de classe, de raça e de sexo, que é, desde sempre, o fundamento do capitalismo" (LAZZARATO, 2019, p. 37).

Wendy Brown (2019) ao analisar a ascensão da extrema direita, nos mostra como o neoliberalismo e o neoconservadorismo se articularam e produzirram práticas e

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n. 3, p. 42-54, set./dez. 2022.
Recebido em: 30 set. 2022 | Aceito em: 30 dez. 2022

políticas. Para além da proteção do mercado neoliberal há uma moralidade que precisa ser protegida. Essa proteção, de alguns – marcados por uma hegemonia branca, masculina e cristã – mobilizada por um discurso de liberdade, pode produzir uma forma de ataque à democracia. Para a autora, o neoliberalismo produziu efeitos diferentes daqueles pensados pelos seus arquitetos "diferente de uma ordem liberal desigualitária em que indivíduos e famílias seriam pacificados politicamente pelo mercado e pela moral e subentendidos por um Estado autônomo e com autoridade, mas despolitizado [...] o neoliberalismo produziu um monstro" (BROWN, 2019, p. 27). Nesse rol da monstruosidade estão aspectos que, para Brown (2019) "dão vida a um novo poder que nasce para contestar a democracia" (p. 154).

Pierre Dardot e colaboradores (2021) mostram os modos de violência presentes na genealogia do neoliberalismo destacando suas estratégias e alianças a um conservadorismo e tradicionalismo religioso. Ao mesmo passo sinalizam que, para os neoliberais, na fabricação dos seus inimigos está "tudo que se assemelhe, de perto ou de longe, a dirigismo e coletivismo" (2021, p. 135). Ainda, para os autores, considerando as formas de guerra contra os inimigos do neoliberalismo, encontramos uma diferença entre o neoliberalismo dos fundadores e o contemporâneo, que seria o modo como esse último conseguiu se tornar atrativo para parcelas inteiras da população e classes dominadas. Antes era uma revolta das elites contra as massas que poderiam ser uma ameaça à civilização. Hoje vivemos uma sedução das massas, em que há uma adesão da população a certa lógica e contra seus próprios interesses graças a "um nacionalismo exacerbado e à produção de bodes expiatórios internos e externos, que tem a capacidade de deslocar o terreno do conflito para questões de valores" (DARDOT, *et. al*, 2021, p. 318).

No Brasil, nessa esteira de pensamento, temos visto uma série de produção de inimigos diante de culturas, situações e valores que fogem a uma pretensa hegemonia branca, hétero e cristã. Assistimos a uma produção de exclusão e de eliminação de sujeitos por questões étnico-raciais, de gênero e de outros marcadores de uma diferença considerada negativa, inclusive para pessoas com deficiência. Outros modos de se configurar um neoliberalismo no Brasil que, agora, fabrica e busca eliminar inimigos.

A pesquisadora Kamila Lockmann (2020) nos oferece uma reflexão sobre isso. Ao considerar a pandemia da Covid-19, a autora afirma que temos deslocamentos que mostram estarmos vivendo uma governamentalidade neoliberal fascista, compreendida

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n. 3, p. 42-54, set./dez. 2022.
Recebido em: 30 set. 2022 | Aceito em: 30 dez. 2022

como uma governamentalidade que "mantém alguns princípios neoliberais, mas articula a eles a face grotesca e ubuesca de um fascismo, ao mesmo tempo estatal e cotidiano, ao mesmo tempo molar e molecular" (LOCKMANN, 2020, p. 3).

Como dito ao início, para além de estarmos vivermos na égide de uma governamentalidade neoliberal no Brasil, nos aproximamos de formas fascistas de governo, que, dentre outras situações, trazem práticas de exclusão. Ou seja, parece que esta nova égide coloca a expulsão como seu mote principal.

Ao compreender que o exercício de propostas de políticas inclusivas passa pelo Estado como forma de organização, sistematização e ação, é preciso olhar as configurações ministeriais atuais. O que temos visto é que esse processo que se articulava em rede, a inclusão como rede, com proposições de diferentes ministérios, contando com programas e fomentos, vêm se destituindo, se desmontando. Há uma desarticulação dessa rede, arquitetada por alguns movimentos.

O primeiro desses movimentos é uma mudança na composição ministerial, destacando um paulatino esmaecimento de ações voltadas ao coletivo. Se antes contávamos com Ministérios intitulados e programados para o social, isso foi se esmaecendo. Como exemplo a extinção dos Ministérios do Desenvolvimento e Combate à Fome, o Ministério dos Esportes e o Ministério da Cultura, órgãos envolvidos com políticas coletivas e de inclusão social e educacional. Ademais é preciso destacar que os sujeitos que assumiram pastas que permanecessem, como o Ministério da Educação e Ministério da Saúde, no Governo recente, estiveram afastados de compromissos com o coletivo e o social.

O segundo movimento é a destruição de programas já estabelecidos envolvidos com políticas de inclusão, antes coordenados por diferentes ministérios de forma articulada e em rede. Foram exterminados os programas Mais Educação – uma proposta dos Ministérios da Educação, Esporte, Cultura, Defesa, Desenvolvimento Social e Combate à Fome –, e os programas Esporte na Escola e Atleta na Escola – propostas do Ministério da Educação e do Esporte em articulação. Não obstante foram realizadas tentativas de mudanças na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva – proposta do Ministério da Educação – por intermédio do decreto 10.502/2020 que visava instituir uma Política Nacional de Educação Especial (PNEE).

O terceiro movimento tem relação com investimentos em publicações e legislações que destacam escolhas individuais familiares em relação à permanência,

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n. 3, p. 42-54, set./dez. 2022.
Recebido em: 30 set. 2022 | Aceito em: 30 dez. 2022

frequência e crença nas instituições, bem como do afastamento do social. Dentro desse rol encontram-se preocupações dos atuais órgãos do Governo em promover políticas de Educação Domiciliar; da volta de uma segregação de estudantes com deficiência, os colocando em classes especiais; e da instituição do teletrabalho para pessoas com deficiência, as retirando do convívio social (projeto de lei de conversão 21/2022 da Medida Provisória 1.108/2022).

Outro ponto, de modo exemplar e que configura o objetivo principal desta escrita, é o exame de programas voltados especificamente para pessoas com deficiência no cenário educacional. Ao centrar o olhar para 2022 temos, dentro do Ministério da Educação, a Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (SEMESP[3]), que tem por atribuição planejar, orientar e coordenar, em articulação com os sistemas de ensino, políticas públicas para educação do campo, educação escolar indígena, educação escolar quilombola, educação de surdos e para o público da educação especial. Na aba Programas e Ações há dezesseis subitens, quais sejam: Lei 14191/2021, que altera a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) para incluir a modalidade de educação bilíngue de Surdos; Projeto Cinema Acessível; Escolas Bilíngues de Surdos; Competências e Metas da DPEB; PNLD Acessível 2022 – Libras; Referencial Curricular para o ensino de português escrito como segunda língua para estudantes surdos (PSLS); Formação Continuada de Profissionais da Educação Básica em Educação Bilíngue de Surdos; Diretrizes Nacionais da Educação Bilíngue de Surdos; Programa Escola Acessível; Formação de Profissionais da Educação Básica em Educação Especial; Programa Sala de Recursos Multifuncionais; Programa Nacional do Livro Didático Acessível (PNLD Acessível); Programa de Apoio à Formação Superior e às Licenciaturas Interculturais (Prolind); Ação Saberes Indígenas na Escola; Plano Nacional de Educação Escolar Indigena – PNEEI; Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo).

Na tentativa de compreender os locais por onde essas ações se apoiam e se disseminam, viu-se que a maioria tem centralidade no Ministério da Educação, na secretaria supracitada, sem relação direta e de fomento com outros órgãos. Sobre o período de emergência dessas ações e os seus objetivos, nota-se que os que estão presentes na lista são aqueles que já existiam. Ao que parece não há avanços nessas

[3] Informação disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/secretarias/secretaria-de-modalidades-especializadas-de-educacao Acesso em 18 de setembro de 2022.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n. 3, p. 42-54, set./dez. 2022.
Recebido em: 30 set. 2022 | Aceito em: 30 dez. 2022

políticas. Todavia, parece haver uma ênfase em esmiuçar e promover programas para estudantes com deficiência auditiva, focando em uma especificidade, sem preocupações com outros.

Diante disso é preciso dizer que no Brasil temos vivenciado uma forma de governamentalidade neoliberal que – dentro de um processo de desmonte de políticas inclusivas – fragiliza e ataca processos coletivos de estar com o outro, sobressaindo um individualismo, além de, para Educação, retirar programas e ações que buscavam a constituição de uma sociedade mais inclusiva.

APONTAMENTOS FINAIS

Ao retomar a proposta desta escrita, analisar a situação de políticas públicas inclusivas para pessoas com deficiência, em relação ao cenário político e educacional contemporâneo, considerando os quatro anos precedentes, mas também comparando com tempos anteriores, são visíveis os deslocamentos que tivemos. Ao considerar a constituição de discursos, com inspiração em Foucault, a destruição de programas inclusivos e os discursos que circulam dentro dos programas atuais se situam numa discursividade de nossa sociedade que prevê políticas inclusivas, mas, num exame em detalhe, não contribuem para uma vontade de inclusão. Ao tomar o conceito de discurso, pode-se dizer que as publicações dos últimos quatro anos do Governo Federal brasileiro não dizem que são contra a inclusão – algo que não pode ser dito neste contexto – mas também não endossam caminhos inclusivos que vinham sendo construídos, em oposto, os desmontam.

Isso vai ao encontro do panorama mostrado por autores contemporâneos que analisam a situação atual e que ajudam a compreender o que vivemos recentemente no contexto brasileiro. Numa governamentalidade neoliberal atrelada à guerra de classe, raça e sexo, que contesta a democracia, que se alia a um conservadorismo e tradicionalismo religioso, está uma conjectura política que tem no exercício da exclusão sua orientação e que produz individualidades no lugar de coletividades. No momento em que há perseguição às minorias, exclusões e exaltação de uns sobre os outros, de

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n. 3, p. 42-54, set./dez. 2022.
Recebido em: 30 set. 2022 | Aceito em: 30 dez. 2022

desmonte de políticas inclusivas, há um fim do coletivo, do viver junto, do apreender com o outro.

Uma preocupação a partir desses desmontes e dessa busca pela individualização e apagamento do coletivo é que, como nos diz François Dubet (2020), ao desarticular lutas coletivas o indivíduo passa a experimentar experiências de desprezo e questiona, dentre outras coisas, sua autoestima. Isso estimula um ressentimento que, em certa medida, retroalimenta esses mesmos ideais que os colocaram nessa situação.

Uma reflexão possível dentro desse campo é pensar que, embora haja uma realocação de investimentos de políticas voltados ao coletivo e ao viver juntos para uma política de exclusão de certos grupos, pode-se refletir na possibilidade do que se constituiu como sujeitos dessa inclusão e acreditar que, apesar das situações críticas recentes do nosso país, há vontades na contramão dessas propostas. Há ações de contraconduta em cada espaço e que se colocam em oposição a essa vontade de extinção do outro.

REFERÊNCIAS

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do Neoliberalismo:** a ascensão da política antidemocrática no ocidente. SP: Editora Politeia, 2019.

DARDOT, Pierre, et.al. **A escolha da Guerra Civil**. SP: Elefante, 2021.

DUBET, François. **O tempo das paixões tristes**. SP: Vestígio, 2020

FIMYAR, Olena. Governamentalidade como Ferramenta Conceitual na Pesquisa de Políticas Educacionais. In: **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 35-56, mai./ago., 2009.

FOUCAULT, Michel. **Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. Edições Loyola, São Paulo, 2004.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n. 3, p. 42-54, set./dez. 2022.	
Recebido em: 30 set. 2022	Aceito em: 30 dez. 2022

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GALLO, Sílvio. Infância e Resistência – resistir a quê? ***Leitura: Teoria & Prática***, Campinas, v. 31, n. 61, p. 199-211, nov. 2013.

LAZZARATO, Maurizio. **Fascismo ou Revolução?** O neoliberalismo em chave estratégica. São Paulo: n-1 Edições, 2019.

LOCKMANN, Kamila Governamentalidade neoliberal fascista e o direito à educação. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2015408, p. 1-18, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.15.15408.061.

LOPES, Maura Corcini. Políticas de Inclusão e Governamentalidade. **Educação e Realidade***,* Porto Alegre, v. 34, n. 2, mai./ago. 2009.

LOPES, Maura Corcini; et. al. Inclusão e biopolítica. **Caderno IHU Ideias**. a. 8, n. 144. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos, 2010.

LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Elí Henn. **Inclusão & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

MACHADO, Roseli Belmonte. **A inclusão como rede:** uma análise de práticas de professores de Educação Física na Contemporaneidade. Tese (Doutorado em Educação). PPGEDU: UFRGS, 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu da. "Adeus às Metanarrativas Educacionais". In: _____. (Org.). **O Sujeito da Educação:** estudos foucaultianos. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 247-258.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. A alma é deste mundo. In: CARVALHO, Alexandre Filordi; GALLO, Silvio (orgs.). **Repensar a Educação:** 40 anos após Vigiar e Punir. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2015.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n. 3, p. 42-54, set./dez. 2022.

Recebido em: 30 set. 2022 | Aceito em: 30 dez. 2022